

Ano XXIV nº 6428 – 24 de setembro de 2021

BRDESCO: Plano de retorno ao trabalho presencial começou a ser discutido

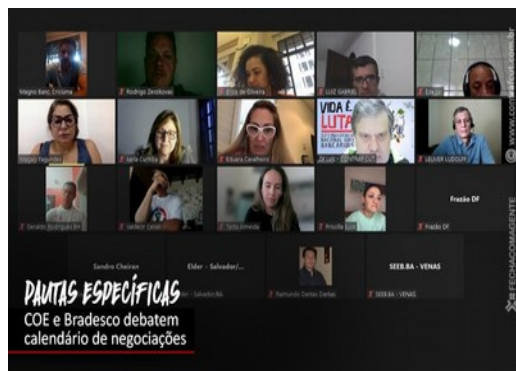
A Comissão de Organização dos Empregados (COE) do Bradesco se reuniu com o banco esta semana para debater alguns pontos da minuta específica de reivindicação, resultado do Encontro Nacional dos Funcionários do Bradesco – realizado no início de agosto.

Ficou definido que o retorno ao trabalho presencial nos prédios administrativos começará em forma de projeto-piloto, a partir de 04 de outubro, apenas em São Paulo. O banco justificou a decisão por conta do movimento de flexibilizações das restrições sociais dos governos estaduais impactar nas agências, com aumento no volume de atendimento.

Os representantes dos trabalhadores reivindicam o estabelecimento de alguns critérios, como o retorno gradual, apenas com trabalhadores totalmente imunizados que se voluntariarem e de forma escalonada para evitar aglomerações na entrada e na saída com número limite. O banco concordou com os termos e ainda garantiu que não haverá convocações para o retorno dos trabalhadores do grupo de risco em nenhuma das áreas, que foi outro pedido da COE.

Os representantes dos bancários também cobraram a manutenção e o cumprimento dos protocolos de saúde e segurança, negociados desde o início da pandemia, como uso de máscara por clientes e funcionários, manutenção do distanciamento, álcool em gel, e a melhoria na qualidade das máscaras fornecidas aos funcionários. Além da aplicação do protocolo em caso de testagem positiva de Covid-19, com sanitização, isolamento dos funcionários e fechamento da agência ou departamento. O Bradesco acatou e se comprometeu a reforçar a comunicação para toda organização Bradesco.

A COE Bradesco solicitou a retomada de negociação da pauta específica, do acordo de teletrabalho, emprego, valorização dos funcionários e plano de saúde/odontológico. A representação dos trabalhadores e o Bradesco voltam a se reunir na segunda quinzena de outubro para debater as reivindicações dos funcionários do Bradesco.



Reforma de Bolsonaro que desmonta serviços públicos é aprovada na Comissão Especial da Câmara

Mesmo com uma intensa pressão dos servidores, com greves e atos, dentro e fora do Congresso Nacional, a Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou, ontem, 23/09, por 28 votos a 18 a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 32, que impõe a chamada reforma administrativa. De autoria do governo Bolsonaro a matéria retira direitos trabalhistas e previdenciários dos servidores, desmonta e privatiza os serviços públicos prestados à população, entre estes o Sistema Único de Saúde (SUS), a segurança, as escolas, creches e universidades.

A PEC prevê ainda processos simplificados para a admissão de empregados em empresas públicas, organizados pela iniciativa privada ou com contratações intermediadas por ela. Também considera nulos direitos de estabilidade ou outro tipo de proteção de emprego, previstos em acordos coletivos, individuais ou em normas internas.

Na avaliação dos deputados de oposição e de entidades sindicais dos servidores a PEC não conta hoje com os 308 votos exigidos para a aprovação de emenda constitucional em dois turnos no plenário da Câmara.

O deputado Alencar Santana (PT-SP) avaliou que a reforma é destrutiva e desumana: “É perversa com os servidores da saúde que estão salvando vidas da Covid-19; com os profissionais da educação das escolas e universidades; com os profissionais do setor de segurança pública; e sobretudo é contra a população que utiliza estes serviços que poderão, inclusive, nas mãos de empresas privadas, passar a ser cobrados”, alertou.